

MENSAGEM Nº 280

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de junho de 2024.

Brasília, 7 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia e, cumulativamente, junto à Comunidade da Dominica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ÁNUAR NAHES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Denis Fontes de Souza Pinto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 364/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Santa Lúcia e, cumulativamente, na Comunidade da Dominica.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 20/06/2024, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5833600** e o código CRC **3CCB3751** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

[REDACTED]

[REDACTED]

1 [REDACTED]
[REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
1989	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
1998	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
2008	Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão de Serviços Gerais, assessor
1993-94	Departamento de Administração, assessor
1994-97	Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário
1997-00	Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2000-02	Divisão do Pessoal, assessor e subchefe
2002-05	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-adjunto, primeiro-secretário
2005-07	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2007-10	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, subchefe
2010-15	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral
2015-17	Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, chefe de gabinete
2017-20	Embaixada em Lusaca, embaixador
2021-	Embaixada em Praia, embaixador

Condecorações:

2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2008	Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2010	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2019	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SANTA LÚCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Santa Lúcia
CAPITAL	Castries
ÁREA	616 km ² , a maior ilha do Caribe Oriental (o DF tem 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	179 mil habitantes
IDIOMA	Inglês e creole
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Católica 61,5%; protestante 25,5%; rastafári 1,9%; outros.
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Baixa e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador-Geral
CHEFE DE GOVERNO (PRIMEIRO-MINISTRO)	Philip J. Pierre
GOVERNADOR-GERAL	Cyril Errol Melchiades Charles
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Alva Romanus Baptiste
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 2,47 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 3,45 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 13.570
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI))	US\$ 18.970
VARIAÇÃO PIB (FMI)	15,7% (2022); +11,3% (2021); -23,6% (2020); -0,2% (2019); 2,9% (2018); 3,4% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0.715 (alto)/ 106º (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2022)	US\$ 70,4 milhões (113º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2022)	Folheados, aglomerados e outras madeiras (39%); materiais de construção de argila e refratários (18%); despojos comestíveis de carnes (12%); manufaturas de madeira (11%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2022)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMP. (2022)	N/A
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Embaixador Ánuar Nahes
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO COMERCIAL - US\$ milhões (fonte: MDIC)

Brasil - Santa Lúcia	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	1.124,88	672,8	366,8	447,0	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6 (2.334,5%)
Exportações	1.124,86	672,8	366,8	446,9	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6 (2.334,5%)
Importações	0,02	0,03	0,07	0,1	0	0	0	0	0	0
Saldo	1.124,84	672,8	366,8	446,8	410,7	55,8	39,1	182,4	2,91	70,6

PERFIS BIOGRÁFICOS

PHILIP J. PIERRE Primeiro-Ministro



Graduado em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais, com MBA em Administração de Empresas. Trabalhou na área financeira de várias empresas locais até abrir sua própria consultoria, a Philip J. Pierre Business Services Ltd, em 1990. Entre 1997 e 2000, serviu como ministro do Turismo, da Aviação Civil e das Finanças Internacionais. Em 2011, tornou-se vice-primeiro-ministro e ministro da Infraestrutura, do Transporte e Serviços Portuários. Em 2016, assumiu a liderança do Partido Trabalhista, cuja vitória nas eleições gerais de 2021, o alçou ao posto de primeiro-ministro.

ALVA ROMANUS BAPTISTE
**Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Internacional
e Aviação Civil**



Já ocupou o mesmo posto entre 2011 e 2016 e, nessa condição, esteve em Brasília em julho de 2012, na primeira visita bilateral de um chanceler santalucense ao Brasil. Foi novamente nomeado ministro das Relações Exteriores em julho de 2021.

APRESENTAÇÃO

Santa Lúcia é um país insular das Pequenas Antilhas, no Caribe, localizado entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico, ao sul de Martinica e ao norte de São Vicente e Granadinas. A ilha tem origem vulcânica e é percorrida de norte a sul por cadeia de montanhas, sendo o Monte Gimie o ponto mais alto, com 959 m de altitude. Os dois montes gêmeos vulcânicos, o *Gros Piton*, com 798m, e o *Petit Piton*, com 750m, foram declarados patrimônio mundial pela UNESCO.

O país, cuja área total é de 616 km², está dividido em 10 distritos administrativos: *Anse-la-Raye*, *Canaries*, *Castries*, *Choiseul*, *Dennery*, *Gros-Islet*, *Laborie*, *Micoud*, *Soufriere*, e *Vieux-Fort*. A população distribui-se ao longo da região litorânea da ilha, concentra-se sobretudo na capital, Castries, e é formada majoritariamente por afrodescendentes. A religião predominante é a católica.

Os aruaques foram os primeiros habitantes de Santa Lúcia, expulsos pelos caribes antes da chegada dos europeus. A ilha foi descoberta em 1502 por Cristóvão Colombo e, ao longo do século XVII e início do século XVIII, disputada por ingleses e franceses, tendo mudado diversas vezes de controle entre os dois países europeus. Em 1814, pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio da ilha aos britânicos, que assumiram o controle da ilha e levaram africanos escravizados para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.

O direito à autogovernança foi concedido em 1967, quando a ilha tornou-se totalmente autônoma em assuntos internos e o Reino Unido permaneceu encarregada de questões externas e de defesa. A independência ocorreu em 22 de fevereiro de 1979.

Santa Lúcia integra a Comunidade do Caribe (CARICOM) e a Comunidade de Nações (*Commonwealth*). Desde 12 de setembro de 1979, o país é membro das Nações Unidas. Além disso, Santa Lúcia sedia a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), organismo regional integrado por sete estados membros (Antígua/Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts/Nevis, S. Vicente/Granadinas e Santa Lúcia) e quatro possessões associadas (Anguila, Ilhas

Virgens Britânicas, Martinica e Guadalupe). A OECO tem um Banco Central, uma moeda comum e três outras instituições: Supremo Tribunal de Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações, e engloba cerca de 1,5 milhão de pessoas, que têm mobilidade social e geográfica entre os Estados membros.

A Embaixada do Brasil em Castries, além de se ocupar também da OECO, acumula funções de embaixada não residente do Brasil em Dominica.

POLÍTICA INTERNA

Eleições Gerais de 2021

Em julho de 2021, ocorreram eleições gerais, o 17º pleito do país desde a sua independência em 1979. A campanha transcorreu normalmente, embora tenha sofrido limitações decorrentes da pandemia de Covid-19.

O Partido Trabalhista, de Philip Pierre, venceu o Partido dos Trabalhadores Unidos, de Allen Chastanet (primeiro-ministro de 2016 a 2021, que havia derrotado Pierre em 2016), conquistando 13 dos 17 distritos eleitorais do país (ou seja, 13 assentos na Câmara baixa) e abrindo caminho para a indicação de Pierre como primeiro-ministro.

A pandemia não deixou de influenciar as últimas eleições santa-lucenses. Em sua gestão, Chastanet, empresário do setor hoteleiro e turístico, que defendia medidas econômicas de caráter mais liberal, buscou atrair capital estrangeiro para grandes projetos nas áreas do turismo, mas teve de interromper parte das iniciativas para tentar manter o país funcionando minimamente durante a pandemia.

Plano de Governo

Pierre apresentou ao parlamento local, em março de 2023, a primeira proposta orçamentária de seu governo, com ênfase em pautas sociais, plataforma de campanha que lhe garantiu a vitória nas eleições de 2021.

O programa de governo do Partido Trabalhista enfatizou as necessidades imediatas dos cidadãos (o slogan do partido é “Putting You First”). Durante a campanha, Pierre empenhou-se, sobretudo, em desaprovar a política econômica do Partido dos Trabalhadores Unidos que, segundo a perspectiva do Partido Trabalhista, priorizavam empresas e investidores internacionais. Pierre apontou como principais objetivos a criação de empregos, o crescimento econômico e a redução da pobreza.

Para implementar seu programa, o atual primeiro-ministro – que acumula a pasta de Finanças, Desenvolvimento Econômico e Economia da Juventude - propôs gastar no ano fiscal 2022-23 cerca de USD 700 milhões, o maior orçamento da história de Santa Lúcia. Parte relevante dos recursos foram alocados para a Autoridade de Turismo, para projetos de desenvolvimento de infraestrutura e para programas sociais. O governo santa-lucense não deixou de recorrer a fundos regionais e bancos de desenvolvimento para financiar suas ações.

Contexto político atual

Em ato solene que marcou o início do ano parlamentar, em 2024, o governador-geral Cyril Charles pronunciou discurso intitulado “Melhorando nossa Infraestrutura”, em que expressou intenção do governo de tornar mais eficiente a prestação de serviços ao público, investindo em melhorias na infraestrutura física e digital.

Cyril Charles frisou que o foco principal do governo deve continuar a ser a agenda social, com especial atenção a grupos em situação de vulnerabilidade econômica; a área da saúde; e a segurança pública. O governador-geral fez também alusão ao compromisso do governo de criar um salário mínimo nacional, em coordenação com a iniciativa privada, para fazer frente à alta dos preços dos alimentos e combustíveis. Disse, ainda, que o governo estudará a possibilidade de criar um seguro-desemprego.

Corte Caribenha de Justiça

Em julho de 2023, o governo santa-lucense finalizou as medidas internas necessárias à adesão à Corte Caribenha de Justiça (CCJ), no âmbito da CARICOM. A CCJ, que está localizada em Port-of-Spain, tem dupla função: interpretar as regras do Tratado Revisto de Chaguaramas (da CARICOM) e solucionar eventuais litígios; e servir de corte de apelação para casos de natureza civil e criminal. Aplica-se somente aos Estados que aceitem a sua jurisdição - como o fez recentemente Santa Lúcia.

Santa Lúcia tornou-se o quinto Estado da região a aceitar a jurisdição da Corte, somando-se a Barbados, Belize, Dominica e Guiana. Até então, esse papel era atribuído ao *Judicial Committee of the Privy Council*, tribunal de apelação criado em Londres no século XIX para tratar de assuntos jurídicos relativos aos territórios britânicos ultramarinos.

Completo-se, assim, um longo percurso, iniciado em fevereiro de 2001, quando Santa Lúcia firmou o acordo para o estabelecimento da CCJ e o ratificou em julho de 2002. A conclusão dos procedimentos de adesão à CCJ foi consequência da vitória do Partido Trabalhista nas eleições de 2021, historicamente favorável ao pleito de adesão à Corte. Desde o início do atual governo santa-lucense, foram tomadas medidas para adequar sua legislação interna, como a criação de comitê para preparar emenda constitucional sobre o tema e a aprovação da referida emenda nas duas casas parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

Atuação em Foros Internacionais

A projeção internacional de Santa Lúcia ocorre, principalmente, por meio da sua participação na Organização dos Estados do Caribe Ocidental (OECO), cuja sede está localizada em Castries e na qual atua com protagonismo. Integra, também, a CARICOM, em que os países da OECO atuam de maneira coordenada. No âmbito multilateral, o país atua, sobretudo, como um dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A promoção do desenvolvimento econômico figura entre as principais metas da política externa de Santa Lúcia. O país busca alcançar tal objetivo por

meio da ênfase na cooperação econômica, comércio e investimentos. Santa Lúcia mantém relações próximas com parceiros tradicionais, como Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e França.

Taiwan

Em 2007, Santa Lúcia estabeleceu relações diplomáticas com Taiwan, encerrando dez anos de relacionamento com a República Popular da China (RPC). Desde então, a ilha caribenha tem-se beneficiado de diversos programas de cooperação bilateral. Apenas em 2014 Taiwan doou US\$ 4,8 milhões de dólares à ilha, para cooperação eleitoral, reconstrução de um hospital e cooperação em pesca; e financiou projeto de US\$ 2,8 milhões para restauração da casa em que nasceu o escritor santa-lucense Derek Walcott (1930-2017), ganhador do Prêmio Nobel de Literatura de 1992.

Em junho de 2015, o então primeiro-ministro Kenny Anthony inaugurou a Embaixada de Santa Lúcia em Taipé, a quinta representação diplomática daquele país caribenho. O estabelecimento da representação foi muito bem recebido por Taiwan.

Em abril de 2015 realizou-se cerimônia de entrega oficial de doações taiwanesas, no valor de US\$ 1,2 milhão, para prover duas comunidades, Micoud e Vieux Fort, com recursos para acesso à Tecnologia da Informação (TI).

Taiwan continuou a apoiar iniciativas na área de TI com doação de US\$ 7 milhões para um projeto do governo de Santa Lúcia que visa a melhorar serviços e a administração pública. Adicionalmente, Taiwan contribuiu com US\$ 400 mil para construção de um Centro Aquático Nacional. Ademais, Taiwan anunciou a instalação de rede banda larga sem fio em todo território de Santa Lúcia, para fortalecimento do principal ativo econômico do país: o turismo.

Merece destaque a visita realizada pelo então primeiro-ministro Chastanet a Taipé, em outubro de 2018, por ocasião da comemoração do 107º aniversário do "governo" em Taipé. Este prometeu investimentos em Santa Lúcia, sobretudo em infraestrutura, com foco na renovação do Aeroporto Internacional de Hewanorra e na área de reabilitação de estradas.

Taiwan segue sendo importante fonte de recursos externos para Santa Lúcia. O Taiwan EXIM Bank representa o maior fornecedor de recursos e financiador de projetos em Santa Lúcia desde o rompimento das relações com a RPC. Em discurso na 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em 2023, o primeiro-ministro Pierre, como de hábito, fez menção ao direito de autodeterminação dos povos, citando textualmente Taiwan.

Cuba

Cuba é um dos nove países com representação diplomática em Santa Lúcia, ao lado de México, Brasil, França, Líbia, Marrocos, Reino Unido, Taiwan e Venezuela. Cuba mantém tradicional programa de cooperação países caribenhos, sobretudo por meio da oferta de bolsas de estudo e de assistência médica a Santa Lúcia. Mais de 500 médicos santa-lucenses, formados em Cuba, exercem sua profissão no país.

Uma das primeiras decisões do atual chanceler, Alva Baptiste, ao ser nomeado, em 2021, foi intensificar as relações com Cuba. No referido discurso na 78ª AGNU, Pierre defendeu o fim das sanções econômicas a Cuba.

Venezuela

Tradicionalmente, a Venezuela fornecia petróleo a Santa Lúcia a preços favoráveis, por meio da Petrocaribe. Este arranjo, contudo, foi interrompido durante o governo Chastanet (2016-2021), na sequência de atritos bilaterais, que levaram o governo santa-lucense a reinstituir a exigência de vistos para o ingresso de venezuelanos na ilha.

Também durante o governo Chastanet, Santa Lúcia ingressou no Grupo de Lima, instância em que buscou manter postura de moderação, condizente com seu menor tamanho relativo, conciliando seus interesses (como é o caso da cooperação médica com Cuba), com a tentativa de valorização do multilateralismo e a construção de posições comuns entre os países caribenhos.

Em junho de 2018, ensaiando movimento de reaproximação, o chanceler venezuelano, Jorge Arreaza, fez curta visita a Santa Lúcia, tendo sido recebido pelo próprio Chastanet.

A retomada da proximidade tradicional com a Venezuela, contudo, só ocorreu no governo Pierre, a partir de 2021. Um dos primeiros atos foi retirar o país do Grupo de Lima. Pouco depois, a Venezuela retomou as exportações de petróleo a preços favoráveis para Santa Lúcia, ao abrigo da Petrocaribe.

Em outubro de 2023, Pierre realizou visita à Venezuela, com os seguintes objetivos: retomar a amizade histórica entre os dois países; explorar oportunidades para cooperação nos setores de educação, cultura, comércio e energia; discutir a modernização do programa de cooperação Petrocaribe, tendo em vista a segurança energética e o desenvolvimento sustentável de Santa Lúcia; e definir estratégias para expandir as relações comerciais e promover o crescimento econômico.

Durante a visita, Pierre condenou as sanções econômicas internacionais impostas à Venezuela, gesto que foi apreciado pelo presidente Nicolás Maduro. Os mandatários divulgaram declaração conjunta em que se comprometeram com a não-interferência em assuntos domésticos e com a manutenção do Caribe como zona de paz. Foram assinados acordos de cooperação nas áreas de educação, turismo, pesca, transporte aéreo, energia, cultura, produção alimentar e infraestrutura.

Reino Unido

Em abril de 2018, o governo de Santa Lúcia anunciou que o Reino Unido autorizou crédito de trinta milhões de libras para a recuperação da rede viária da ilha. O país mantém um escritório de representação em Santa Lúcia. O fato de Santa Lúcia ser membro da *Commonwealth* lhe garante alguns benefícios econômicos.

Estados Unidos

As relações entre os dois países se encontravam abaladas desde 2012, após episódio, ainda não esclarecido, conhecido como IMPAC, em que doze supostos delinquentes foram assassinados pela polícia local sem julgamento. Essa execução sumária ocorreu no âmbito de uma operação para tentar conter a crescente onda de violência que ameaçava o turismo no país. Em função do episódio, Santa Lúcia foi incluída em lista de países com os quais a legislação norte-americana restringe a cooperação, por motivo de violação de direitos humanos.

Em 2021, ainda no governo do então PM Chastanet, os Estados Unidos anunciaram uma retomada gradual da assistência à polícia santa-lucense, com apoio a certas unidades policiais, em particular a marítima e a imigratória. A cooperação ocorre por meio de cursos de treinamento ministrados pelo Departamento da Defesa dos EUA, intercâmbio com as guardas nacionais da Flórida e das Ilhas Virgens e assistência técnica para a manutenção regular da unidade marítima da polícia santa-lucense, fornecido pela equipe de campo do Comando Naval Sul.

Mudança do Clima

O primeiro-ministro Pierre chefiou a delegação santa-lucense na COP 28, em Dubai, em 2023, e, ao discursar em nome da CARICOM, assinalou que o Caribe tem sofrido impactos devastadores em razão da mudança do clima, com profundas perdas econômicas, sociais e ambientais. Recordou que a crise climática não afeta apenas os SIDS, mas também os países desenvolvidos. Fez apelo à comunidade internacional para que se comprometa com medidas mais ambiciosas e frisou três pontos para frear o aquecimento global: i) transição acelerada, justa e equânime na busca do limite de 1,5°C; ii) aceleração da implementação da Meta Global de Adaptação; iii) fornecimento de financiamento em bases inovadoras para uma Agenda 1,5°C.

Santa Lúcia, assim como os demais membros da CARICOM, defende a operacionalização de um “fundo de perdas e danos”, no entendimento de que não há, atualmente, acesso adequado ao financiamento internacional para os países vulneráveis a desastres climáticos. A CARICOM tem buscado desenvolver propostas inovadoras para aprimorar o acesso ao financiamento, com emissão de

títulos de conservação, cláusulas de catástrofe em empréstimos e emprego dos mercados de carbono. O acesso ao financiamento internacional em condições especiais tem sido importante pauta exterior de Santa Lúcia.

ECONOMIA

Indicadores Econômicos

Após anos de recessão (2012-2015), Santa Lúcia passou a emitir sinais de recuperação na segunda metade da década de 2010. A partir de 2016, Santa Lúcia passou a registrar taxas de crescimento moderadas (entre 2 e 3,6% ao ano), impulsionadas por expansões nos setores de construção, manufaturas, agricultura, serviços financeiros e turismo. O crescimento da atividade econômica serviu para diminuir o desemprego e o déficit fiscal do país.

Em 2020, contudo, o PIB do país contraiu cerca de 20%, em razão do colapso da indústria de turismo durante a pandemia de covid-19. Na ocasião, o governo de Santa Lúcia apresentou, em julho de 2020, plano econômico voltado para resiliência econômica, com foco na geração de empregos e na assistência aos mais vulneráveis.

O plano, orçado em \$580 milhões de dólares caribenhos (cerca de US\$ 214 milhões), buscou promover transformação estrutural na economia santa-lucense, com o fim de diminuir a dependência do setor de turismo. As ações implementadas estruturaram-se em seis pilares: (i) projetos de investimento de curto prazo; (ii) estímulos econômicos; (iii) ampliação do sistema de proteção social; (iv) reformas voltadas ao aumento da produtividade, com foco em TI; (v) investimentos em saúde; e (vi) melhora da capacidade de resposta emergencial a desastres naturais e às mudanças do clima.

Após a pandemia de covid-19, a economia santa-lucense mostrou sinais vigorosos de recuperação, apesar dos impactos sobre o preço das commodities ocasionado pelo conflito entre Ucrânia e Rússia. Em 2021 e 2022, a economia do país cresceu 11,3% e 15,7%, respectivamente, impulsionada pela retomada do

turismo, que segue sendo o principal setor da economia santa-lucense. Em 2023, segundo o FMI, o PIB do país cresceu 3%.

A inflação tem-se constituído como um dos principais desafios econômicos do país. Grande parte dos alimentos consumidos na ilha e a quase totalidade do combustível necessário à produção de energia dependem dos mercados internacionais, afetados por guerras e pelas dificuldades logísticas do pós-pandemia.

A carência de mão de obra qualificada, o acesso limitado ao crédito e os altos custos operacionais são frequentemente apontados como entraves a uma maior expansão econômica. Esperam-se investimentos importantes em turismo, a fim de expandir a oferta de alojamentos turísticos.

Política Econômica do atual governo

O governo do primeiro-ministro Phillip Pierre, iniciado em 2021, tem clara plataforma social, com especial atenção a grupos em situação de vulnerabilidade econômica; à área da saúde; e à segurança pública. O governo segue comprometido com a criação de salário mínimo e com o estabelecimento de seguro desemprego. Também estão entre os objetivos a melhoria na infraestrutura; a criação de empregos, especialmente para a população jovem; o reforço da proteção aos cidadãos em condição de vulnerabilidade; a retomada da confiança dos investidores privados na economia do país.

Para a concretização desses objetivos, o primeiro-ministro projeta um déficit global de USD 79 milhões. Em compensação, Pierre anunciou projeção de aumento nominal de 5,8% no PIB para 2024-2025 (USD 2,7 bilhões).

Sobre as despesas recorrentes, Pierre propôs gastar USD 560 milhões, o que representa 4,2% de aumento em relação ao ano passado. Explicou que o aumento é reflexo da prioridade que o governo tenciona dar a projetos que visam melhorar a qualidade de vida da população e aperfeiçoar os serviços públicos. Os gastos com pagamento de juros, por outro lado, deverão permanecer elevados devido à tendência de alta das taxas de juros internacionais.

Infraestrutura

Apesar do cenário restritivo, Santa Lúcia tem buscado recuperar rodovias e prédios escolares. O discurso do trono de 2024 foi intitulado “Ano da Infraestrutura”, em que Pierre propôs a alocação de USD 180 milhões para projetos de desenvolvimento, dos quais USD 48 milhões destinados ao Departamento de Desenvolvimento Econômico e Economia da Juventude. Entre os projetos contemplados estão: a) Reconstrução do Hospital St Jude’s: USD 25 milhões; b) Redução da Vulnerabilidade a Desastres: US\$ 3,7 milhões; c) Recuperação Econômica e Empoderamento dos Jovens: USD 2,3 milhões; e d) Implementação do Projeto de Substituição da Iluminação Pública: USD 2,3 milhões.

Já o Departamento de Infraestrutura, Portos e Transportes tem alocado, na proposta, USD 31,5 milhões, destinados aos seguintes projetos: a) Desenvolvimento de Rodovias da Costa Oeste: USD 15 milhões; b) Melhoria e Manutenção de Estradas USD 3,7 milhões; c) Projetos de Energia Renovável: USD 3,6 milhões; d) Melhoria de rodovias e estradas secundárias: USD 3 milhões.

Turismo

A economia de Santa Lúcia é beneficiada pelo bom desempenho, em termos relativos, do setor turístico na ilha. Em 2019, vários hotéis do país teriam registrado lotação máxima e o ministro santa-lucense do Turismo foi eleito o de melhor desempenho no Caribe. Também em 2019, Santa Lúcia ganhou o prêmio *Leading Honeymoon Destination*, atribuído pela *World Travel Awards*, além de registrar recorde de chegadas de navios de cruzeiro. Em 2024, a ilha teria retomado os níveis de turismo próximos àqueles anteriores à pandemia.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com Santa Lúcia foram estabelecidas em 1980. A cumulatividade coube inicialmente à Embaixada em Port-of-Spain e foi transferida, em 1994, para a Embaixada em Paramaribo.

A criação da Embaixada do Brasil em Castries, em dezembro de 2007, contribuiu para o estreitamento dos laços com o país e a diversificação da agenda bilateral. A intensificação no relacionamento inseriu-se em processo mais amplo de aproximação política e econômica com a região do Caribe a partir da década de 2000. Entre as iniciativas que contribuíram para a mencionada aproximação, destaca-se a realização da I Cúpula Brasil-Caricom (Brasília, 26 de abril de 2010), que reuniu 10 dos 14 chefes de governo da Caricom (Santa Lúcia inclusive), além do secretário-geral da Comunidade.

A realização da Cúpula ampliou as expectativas dos países com relação ao diálogo de alto nível e ao aporte de recursos para cooperação. No entanto, a continuidade de ações concretas no Caribe enfrenta desafios. Os países menores, em especial, ressentem-se da oferta limitada de cooperação técnica, objeto de demandas recorrentes por parte de autoridades caribenhas, sobretudo em contextos de negociação de apoio a projetos e candidaturas brasileiras em foros regionais e multilaterais.

Santa Lúcia tem apoiado ou trocado votos com o Brasil na maioria das candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais. Em contrapartida, o Brasil apoiou as duas candidaturas de Santa Lúcia, ao Fórum Permanente sobre Afrodescendentes (PFPAD), em dezembro de 2021, e ao Conselho Executivo da UNESCO, em novembro de 2022.

Em diferentes ocasiões, Santa Lúcia indicou, contudo, que o apoio aos pleitos brasileiros, como candidaturas e propostas em foros multilaterais, poderia ser condicionado a iniciativas concretas com o país.

Vale sublinhar, na agenda bilateral, a realização, de 14 a 17 de novembro de 2016, da primeira Missão Parlamentar e Empresarial do Brasil a Santa Lúcia e à OECO. A missão foi integrada por empresários de Goiás, Santa Catarina e Paraná e representantes da Federação da Agricultura do Estado do Pará. Os empresários goianos manifestaram interesse em explorar possibilidades em matéria de rochagem ("quarrying"), no estabelecimento de um porto seco, nacional ou sub-regional, na remodelação do porto de Castries, com a construção de "shopping center" no local, e na compra de propriedades para "commodities" agrícolas.

Os empresários catarinenses e paranaenses, por sua vez, indicaram a possibilidade de instalação de 25 mini-hidrelétricas, o que adicionaria até 10 megawatts aos 60 com que Santa Lúcia, atualmente, atende sua demanda de energia, substituindo o petróleo importado da Venezuela por matéria-prima renovável e sem custo, e propiciando energia limpa, ou, alternativamente, aumentando a oferta energética, promovendo novos empreendimentos. Até o momento, contudo, não há registro de que os investimentos se tenham materializado.

Em 2024, foi dado sinal claro da disposição do governo brasileiro de reativar a agenda e retomar os canais de cooperação com os países do Caribe, de que é exemplo a participação do Presidente Lula na 46ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM. Em abril de 2023, o primeiro-ministro havia manifestado, em conversa com o embaixador em Castries, seu desejo de visitar o Brasil.

Santa Lúcia possui quadros políticos e burocráticos qualificados e democracia estável, fatores que facilitam o diálogo político-diplomático com o Brasil. Além disso, o país se orgulha de ter dois ganhadores do prêmio Nobel, de economia em 1979 (William Arthur Lewis) e Literatura em 1992 (Derek Alton Walcott, já citado).

Não há dívida em atraso de Santa Lúcia com o Brasil.

Comércio Bilateral

O volume do comércio bilateral é pequeno, sempre com saldos favoráveis ao Brasil. Há que se levar em conta, ainda, que o petróleo nominalmente importado por Santa Lúcia é depositado nos tanques da empresa norte-americana Buckeye Internacional, que o distribui às refinarias da região. Isso teria inflado as cifras do comércio Brasil-Santa Lúcia em algumas ocasiões. Em 2021, por exemplo, a exportação de petróleo bruto ocasionou saldo positivo de USD 182 milhões para o Brasil. Já em 2022, quando não houve exportação desse produto, o comércio bilateral somou cerca de USD 2 milhões, composto principalmente de material de construção (50% do total).

Em contrapartida, as importações santa-lucenses do Brasil também atendem a uma grande população flutuante. Cerca de 1 milhão de turistas visitam Santa Lúcia anualmente e adquirem bens e serviços oferecidos no local, o que aumenta sensivelmente o mercado consumidor da ilha.

Santa Lúcia também tem uma localização estratégica para a região Norte do Brasil: está mais perto de Belém, Manaus, Macapá e Boa Vista do que estas capitais estão do Rio de Janeiro. Uma das ilhas vizinhas (Barbados) já tomou a iniciativa de promover contatos comerciais diretos com o Estado de Roraima.

Oportunidade de Mercado Agrícola para o Brasil

Por integrar a CARICOM, Santa Lúcia pode, por vezes, ser utilizada como plataforma de acesso a um mercado ampliado, uma vez que o agrupamento é considerado uma união aduaneira. Os Estados Unidos, tradicionais fornecedores de proteína animal ao Caribe, vêm enfrentando desafios relacionados a elevados custos de produção, que reduzem a competitividade do produto daquele país, quando comparada à produção brasileira. Esse contexto se traduz em possíveis oportunidades de mercado para o Brasil, particularmente em mercados ainda fechados, como é o caso de Santa Lúcia.

Ao longo de 2023, o MRE tramitou documentação entre as autoridades sanitárias brasileiras e de Santa Lúcia com vistas à abertura de mercado para exportação de carnes de frango, bovina e suína do Brasil.

Em janeiro de 2024, o Ministro da Agricultura, Pesca, Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural (MAPSD) de Santa Lúcia, Alfred Prospere, procurou a Embaixada do Brasil no país para tratar das negociações em curso sobre a importação de frangos e derivados.

Em comunicação de fevereiro de 2024, o governo de Santa Lúcia confirmou seu interesse em negociar acordo bilateral que viabilize exportações brasileiras dos quatro seguintes produtos: frangos vivos, carne de frango, produtos derivados de frango, ovos de galinha incubados. O governo santa-lucense condicionou, porém, a abertura do mercado à realização de missão de auditoria “in situ” de peritos do CARICOM - e não somente de Santa Lúcia.

A referida missão de inspeção de auditores da CARICOM a frigoríficos brasileiros ocorreu em maio de 2024, e contou com a participação de peritos do governo de Santa Lúcia. Para o setor de aves, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) encarregou-se dos custos logísticos da operação. De acordo com o Termo de Referência acordado entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a CARICOM, os auditores deverão entregar relatório conclusivo da missão de auditoria até o fim de agosto de 2024.

Cooperação para o desenvolvimento

A Agência Brasileira de Cooperação tem executado iniciativas bilaterais, de forma regional, com os países membros da CARICOM.

Sublinham-se ações de gestão de recursos hídricos, negociadas durante a missão do diretor da ABC ao Caribe, em novembro de 2013. As fases de capacitação foram executadas, conjuntamente, por representantes de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Jamaica, Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, no intuito de alcançar, com mais eficiência, os resultados da cooperação técnica com os países caribenhos. A primeira capacitação, "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos", foi realizada em Brasília, em outubro de 2014.

O segundo curso foi realizado em outubro de 2015, em Bridgetown, para capacitação em planejamento, implementação e operação de Redes de Monitoramento de Águas Subterrâneas.

A terceira iniciativa, para fortalecimento da gestão de recursos hídricos e hidrometeorológicos, com ênfase em águas superficiais, foi realizada na cidade de Roseau, no período de 27 a 31 de março de 2017. Participaram 21 representantes de 14 países membros da Caricom. Vale salientar que os recursos utilizados para a execução das atividades mencionadas são oriundos da Agência Nacional de Águas (ANA).

A Embaixada em Castries também organizou, em 2021, uma palestra sobre controle de infecções hospitalares, ministrada por técnico da Universidade Federal de São Carlos.

A agropecuária é o principal tema de interesse em Santa Lúcia, em particular nos campos: inseminação artificial de gado bovino; sistema informatizado de dados sobre agropecuária; qualificação e treinamento de agricultores; formação de peritos em manejo florestal e reflorestamento; e agricultura adaptável às mudanças climáticas.

Em julho de 2022, foi promulgado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia assinado em 26 de abril de 2010. Esse acordo provê as bases jurídico-normativas para a cooperação técnica e humanitária entre Brasil e Santa Lúcia e permitirá a intensificação das iniciativas entre os dois países. A Agência Brasileira de Cooperação tem buscado estruturar programa de cooperação técnica bilateral com Santa Lúcia e espera receber a indicação dos setores prioritários para integrarem eventual programa das contrapartes santa-lucenses.

Cooperação Educacional

Desde a entrada em vigor do Acordo de Cooperação Educacional em 2021, o Brasil tem oferecido vagas em cursos de graduação para estudantes santa-lucenses. Em 2023, Santa Lúcia teve a primeira candidatura ao PEC-G registrada. A candidata, contudo, não confirmou aceitação da vaga destinada pela comissão de seleção do programa.

Em março de 2024, o CAPES anunciou o programa *Move la América*, que visa a promover o intercâmbio acadêmico entre estudantes da América Latina, Caribe e Brasil e selecionará, na primeira edição, até 500 estudantes para programas de Mestrado (até 300 bolsistas) e Doutorado (200 bolsistas), ambos “sanduíche”, em instituições brasileiras. A iniciativa intensifica os esforços de internacionalização de universidades brasileiras e de intercâmbio com estudantes santa-lucenses.

Cooperação Esportiva

Em 2021, a Embaixada em Castries foi contatada por uma organização esportiva santa-lucense baseada em Atlanta, interessada em trazer para Santa Lúcia time de

futebol juvenil brasileiro para participar de torneio com equipes caribenhas. Um treinador e coordenador de uma escola de futebol de Bragança Paulista foi contatado e aceitou participar. Os altos custos de transporte, a necessidade de vistos de trânsito pelos Estados Unidos e as dificuldades interpostas pela epidemia de COVID-19, contudo, inviabilizaram a iniciativa.

Atualmente, há um técnico brasileiro de voleibol treinando as equipes nacionais masculinas e femininas, nas modalidades quadra e areia. Embora esse treinador tenha sido contratado por intermédio da Federação Internacional de Voleibol, a Embaixada em Castries tem prestado apoio ao profissional brasileiro.

Cooperação Humanitária

Em 2020, o Brasil doou a Santa Lúcia kits de testes para Covid, sedativos, vacinas de tipos diversos e organizou uma missão na área de saúde. Em 2022, foram doadas 5 mil ampolas do anestésico midazolam 5mg/ml para o governo de Santa Lúcia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1502	Cristóvão Colombo provavelmente avistou a ilha durante sua quarta viagem, em 1502, embora não haja menção correspondente em seu diário. Juan de la Cosa incluiu a ilha em seu mapa de 1500, chamando-a de “ <i>El Falcón</i> ”. Cédula espanhola de 1511 incluiu a ilha no domínio espanhol e um globo no Vaticano, de 1520, a denominou “ <i>Sancta Lucia</i> ”.
1635	A França foi o primeiro país europeu a estabelecer colônia na ilha.
1660	Os franceses assinaram tratado com os caribenhos nativos.
1663	A Inglaterra assumiu o controle da ilha de 1663 a 1667. França e Inglaterra disputaram o controle sobre Santa Lúcia, que mudou 14 vezes entre os dois países.
1814	Pelo Tratado de Paris, a França cedeu o domínio de Santa Lúcia para os britânicos. Estes levaram escravos africanos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar.
1834	Abolição da escravatura.
1924	A Constituição de 1924 estabeleceu governo representativo.
1936	A Constituição de 1936 garantiu a maioria dos assentos do conselho legislativo para os representantes eleitos.
1958/ 1962	Santa Lúcia se tornou membro da Federação das Índias Ocidentais.
1967	Santa Lúcia tornou-se totalmente autônoma em assuntos internos, com a Grã-Bretanha permanecendo encarregada de questões externas e de defesa.
1979	Independência de Santa Lúcia, permanecendo como democracia parlamentarista. O líder do Partido dos Trabalhadores Unidos, John Compton, assumiu o cargo de primeiro-ministro.
1979	Nas primeiras eleições gerais após a independência, o Partido Trabalhista saiu vitorioso, com Allan Louisy assumindo o cargo de primeiro-ministro.
1981	Após a renúncia de Allan Louisy, em razão de cisão no Partido Trabalhista, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado pelo procurador-geral, Winston Cenac.
1982	Com a vitória do Partido dos Trabalhadores Unidos nas eleições gerais, John Compton retorna como primeiro-ministro.
1987/ 1992	O Partido dos Trabalhadores Unidos obtém duas vitórias seguidas em eleições gerais.

1996	Com a renúncia de John Compton, Vaughan Lewis assume o cargo de primeiro-ministro.
1997	Kenny Anthony torna-se primeiro-ministro após vitória da coalizão liderada pelo Partido Trabalhista nas eleições gerais.
2003	O parlamento altera a constituição para substituir o juramento de lealdade ao monarca britânico pela promessa de lealdade a Santa Lúcia.
2006	O Partido dos Trabalhadores Unidos vence as eleições com John Compton reassumindo o cargo de primeiro-ministro.
2007	Com a morte de John Compton, o cargo de primeiro-ministro passa a ser ocupado por Stephenson King.
2011	Vitória do Partido Trabalhista nas eleições gerais conduz Kenny Anthony ao cargo de primeiro-ministro.
2016	Allen Chastanet se torna primeiro-ministro com a vitória do Partido dos Trabalhadores Unidos nas eleições gerais.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Estabelecimento de relações diplomáticas. A cumulatividade com Santa Lúcia coube inicialmente à Embaixada em Port-of-Spain.
1994	A cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Paramaribo.
2007	Criação da Embaixada residente em Castries.
2008	Participação do ministro das Relações Exteriores, Comércio e Investimento de Santa Lúcia na Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauipe.
2010	Visita do primeiro-ministro de Santa Lúcia ao Brasil, por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM.
2010	Após a passagem do furacão 'Tomas', é disponibilizado, pelo governo brasileiro, um helicóptero acompanhado de doze militares para missão de assistência humanitária em Santa Lúcia.
2010	Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Santa Lúcia.
2012	Visita do ministro de Relações Exteriores de Santa Lúcia ao Brasil (9 a 13 de julho).

2016	Missão parlamentar e empresarial dos estados de Goiás, Santa Catarina e Paraná a Santa Lúcia.
2018	Participação do presidente da Assembleia de Santa Lúcia, deputado Andy Glenn Daniel, em conferência em São Paulo.
2022	Promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Santa Lúcia.
2023	Participação de técnicos e funcionários do governo santa-lucense em conferências / cursos / seminários realizados no Brasil.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo por Troca de Notas sobre a Isenção Bilateral de Vistos de Curta Duração a Portadores de Passaportes Comuns entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Santa Lúcia	24/11/2023	Em vigor	14/01/2024	19/01/2024
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	Em vigor	23/09/2010	29/11/2010
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em vigor	26/05/2021	21/07/2022
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em vigor	26/05/2021	22/07/2022

Título	Data de celebração	Status da Tramitação	Entrada em vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia	26/04/2010	Em promulgação/ Casa Civil		

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **COLBERT SOARES PINTO JUNIOR**

[REDACTED]

[REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1988	Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
1989	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco
1998	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), do Instituto Rio Branco
2008	Curso de Altos Estudos (CAE), do Instituto Rio Branco, com a tese: "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira"

Cargos:

1990	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2001	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1991-93	Divisão de Serviços Gerais, assessor
1993-94	Departamento de Administração, assessor
1994-97	Embaixada em Roma, terceiro e segundo-secretário
1997-00	Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2000-02	Divisão do Pessoal, assessor e subchefe
2002-05	Consulado-Geral em Montreal, cônsul-adjunto, primeiro-secretário
2005-07	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2007-10	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, subchefe
2010-15	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, cônsul-geral
2015-17	Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, chefe de gabinete
2017-20	Embaixada em Lusaca, embaixador
2021-	Embaixada em Praia, embaixador

Condecorações:

2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2008	Ordem de Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2010	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2019	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DOMINICA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Comunidade da Dominica
CAPITAL	Roseau
ÁREA	754 km ² (174º maior país do mundo; menor que o DF – 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	72.737 mil habitantes
IDIOMA	Inglês
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Cristã (95%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa composta por 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 indicados pelo primeiro-ministro e 4 indicados pela oposição.
CHEFE DE ESTADO	Presidente da República Sylvanie Burton
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vince Henderson
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 0,7 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 1,07 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 9.360,00
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI))	US\$ 14.350,00
VARIAÇÃO PIB (FMI)	+4,7% (2023) +5,6% (2022) +6,9% (2021); -16,6% (2020); 5,5 % (2019); 3,5% (2018); -6,6% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,720 (alto)/ 102º lugar (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2023)	US\$ 5,6 milhões (+7,7%; 172º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2023)	Carnes de aves e miudezas (64%); folheados, aglomerados e outras madeiras (9,8%); despojos comestíveis de carnes (7%); materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (5,2%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2023)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS (2022)	Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (65%), Óleos essenciais, materiais de perfume e sabor (31%);
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Ánuar Nahes (atual) – Cumulatividade em Castries, Santa Lúcia (decreto 11.748/2023)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

Brasil - Dominica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	3,82	2,72	3,18	3,15	4	4,47	2,75	4	5,2	5,6 (+7,7%)

Exportações	3,68	2,71	3,13	3,15	3,97	4,46	2,74	3,98	5,2	5,6 (+7,7%)
Importações	0,14	0,01	0,05	0	0,03	0,01	0,01	0,02	0	0
Saldo	3,53	2,70	3,07	3,15	3,93	4,45	2,73	3,95	5,2	5,3

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comex Stat

APRESENTAÇÃO

A Comunidade da Dominica é um estado insular situado no mar do Caribe, na região das Pequenas Antilhas, vizinho aos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e Martinica. A ilha possui extensão de 750 km².

Descoberta, no final de 1493, por Cristóvão Colombo, a ilha foi posteriormente ocupada por exploradores franceses e, em 1763, após a Guerra dos Sete Anos, passou ao domínio britânico.

A Grã-Bretanha estabeleceu pequena colônia na ilha em 1805. Com a emancipação de escravos nos territórios britânicos, em 1833, a colônia tornou-se a primeira no Caribe anglófono com uma legislatura controlada por maioria de origem africana.

A reação da pequena elite agrária local resultou em pressões sobre a Coroa britânica, que, em 1865, substituiu membros da assembleia e instituiu sistema no qual metade de seus integrantes seria eleita e metade, indicada. No início do século XX, a maior conscientização política nas colônias caribenhas resultou em progressiva retomada de assentos por parte dos afrodescendentes nos parlamentos locais.

Entre 1958 e 1962, Dominica integrou a Federação das Índias Ocidentais. Em 1967, tornou-se estado associado ao Reino Unido, assumindo formalmente responsabilidades pelos assuntos internos. Em 3 de novembro de 1978, tornou-se independente.

O governo que assumiu o país no pós-independência, liderado por Patrick John, sofreu moção de desconfiança que resultou na formação de governo interino liderado por Oliver Seraphin. Nas eleições gerais realizadas em 1980, Seraphin, que

havia criado o Partido Trabalhista Democrático (DLP), perdeu para Eugenia Charles, do Partido da Liberdade de Dominica (DFP).

Eugenia Charles tornou-se a primeira chefe de governo mulher no Caribe. Seu governo atravessou duas tentativas fracassadas de golpe, apoiou a invasão norte-americana em Granada, em 1983, e foi reeleita nas eleições gerais de 1985. Em 1988, uma terceira força política consolidou-se em torno do Partido dos Trabalhadores Unidos (UWP) e sua liderança, Edison James.

Em 1990, a primeira-ministra Eugenia Charles conquistou a terceira eleição geral seguida, mas a divisão causada pelo surgimento do UWP resultou na perda de assentos parlamentares pelo DFP. Eugenia Charles abdicou da liderança do partido, em 1993, e sequer disputou as eleições gerais de 1995, vencidas pelo UWP.

Em janeiro de 2000, o UWP foi vencido pela coalizão liderada pelo DLP, nas figuras de Roosevelt Douglas (DLP) e Charles Savarin (DFP). Douglas, contudo, faleceu em outubro daquele ano, sendo substituído por Pierre Charles como primeiro-ministro.

Charles foi substituído por Roosevelt Skerrit, também do DLP. Sob a liderança do PM Skerrit, o DLP logrou sucessivas vitórias nas eleições gerais de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SYLVANIE BURTON **Presidente**



Nascida em agosto de 1964, graduou-se em desenvolvimento rural na St. Francis Xavier University, Canadá, e obteve mestrado em gestão de projetos na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Ocupou cargos de relevo nas administrações do Partido Trabalhista de Dominica (DLP), nos Ministérios de Desenvolvimento Comunitário, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Serviço Social e Assuntos Kalinago (população originária do Caribe). Eleita, em setembro de 2023, para o parlamento, tornou-se a primeira mulher e a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago a ocupar a presidência na história de Dominica.

ROOSEVELT SKERRIT
Primeiro-Ministro



Nascido em 1972, graduou-se em Inglês e Psicologia pela Universidade do Mississippi, aderindo ao Partido Trabalhista de Dominica ao regressar ao país. Em 2000, foi eleito deputado pela província de Vieille Case. Ocupou o cargo de ministro da Educação, Esportes e Juventude, antes de tornar-se o primeiro-ministro mais jovem de Dominica em janeiro de 2004. Venceu eleições gerais em 2005 e foi reeleito para o cargo em 2009, 2014, 2019 e 2022.

VINCE HENDERSON

Chancellor



Bacharel em Direito pela University of Huddersfield and Holbourn College, no Reino Unido e bacharel em ciência da computação pelo American College for Computer and Information Systems, em Birmingham, Alabama, Estados Unidos. Tem mestrado e doutorado em direito, foco em políticas de energias renováveis. Atuou, anteriormente, como Representante Permanente da Dominica na OEA e na ONU, além de ter sido embaixador da Dominica nos Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

Dominica é uma república parlamentar. O chefe de Estado é o presidente, eleito pela Assembleia Legislativa para mandato de cinco anos. O legislativo dominiquense é unicameral, com 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 são indicados pelo primeiro-ministro e 4 são indicados pela oposição.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder da maioria no parlamento e designado oficialmente pelo presidente. O atual primeiro-ministro Roosevelt Skerrit está no cargo desde 2004.

Já a chefe de Estado é Sylvanie Burton, que, eleita pelo parlamento em setembro de 2023, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência na história de Dominica. O cargo era ocupado por Charles Savarin desde 2013. Burton também é a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago, remanescente da população nativa de Dominica, a ocupar a chefia do Estado, o que se reveste de significativa carga simbólica.

Os principais partidos políticos são o Partido Trabalhista de Dominica (*DLP*), liderado pelo primeiro-ministro Roosevelt Skerrit; o Partido da Liberdade de Dominica (*DFP*), liderado por Michael Astaphan; e o Partido dos Trabalhadores Unidos (*UWP*), liderado por Lennox Linton.

Furacão Maria

Em setembro de 2017, Dominica foi atingida pelo furacão Maria, evento climático de categoria cinco (a mais alta). A ilha sofreu fortes prejuízos, a maioria das casas perdeu telhados, a infraestrutura elétrica foi danificada, fornecimento de água e eletricidade necessitou de vários meses para se normalizar, agravando sobremaneira a destruição causada no setor agrícola.

O governo da Dominica colocou, como prioridade para o processo de reconstrução, o restabelecimento do fornecimento de água e energia, a desobstrução de ruas e estradas, a reabertura de escolas e a garantia da segurança pública.

Também em março de 2018, foi inaugurada a Agência Executiva de Resistência às Mudanças Climáticas (CREAD), com a missão de coordenar a reconstrução do país e elaborar estratégias de resiliência às mudanças do clima.

O governo de Dominica estabeleceu como prioridade diminuir a vulnerabilidade do país e aumentar seu nível de preparo para enfrentar emergências climáticas.

Eleições Gerais

Em 2022, o PM Skerrit anunciou a convocação de eleições antecipadas para o parlamento dominiquense, dois anos antes do previsto. Membros da oposição política manifestaram insatisfação com a eventual realização de mais uma eleição, sem as esperadas alterações na legislação eleitorais.

As eleições ocorreram no dia 6 de dezembro de 2022 e foram acompanhadas por missões eleitorais da CARICOM, da Commonwealth e da OEA. Esta última elogiou, em relatório preliminar, o “comprometimento público do primeiro-ministro dominiquense de consultar e engajar construtivamente com candidatos independentes, a liderança do Partido dos Trabalhadores Unidos, Equipe Unidade Dominica e outras partes interessadas para chegar a um consenso sobre o caminho a seguir”.

O Partido Trabalhista de Dominica (DLP) venceu 19 dos 21 assentos em disputa, sendo os demais assentos conquistados por candidatos independentes. Dessa forma, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit foi reconduzido para o seu quarto mandato consecutivo.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros de cooperação da Comunidade da Dominica são China e Venezuela. Há, no país, apenas três embaixadas residentes, de China, Cuba e Venezuela. Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e, portanto, está inserido no arcabouço institucional-normativo da Organização, a saber, Banco Central regional, moeda comum, Supremo Tribunal de

Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações regionais, mobilidade social e geográfica. Sua moeda é o dólar do Caribe oriental (XCD), mantido fixo com o dólar estadunidense na casa de USD 1,00 = XCD 2,70.

É também membro pleno da CARICOM (Comunidade do Caribe), composta por 15 Estados membros e cinco associados, congregando aproximadamente 16 milhões de pessoas, e da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

China

As relações com a China ganharam impulso a partir de 2004, quando Dominica rompeu laços com Taiwan. A importância da cooperação prestada pelo governo chinês tem crescido desde então. Pequim financia, em condições privilegiadas, inúmeros projetos de infraestrutura, como a construção e manutenção de escolas, hospitais e do palácio de governo. Missões técnicas chinesas fornecem assistência nos campos da agricultura e das ciências médicas.

A República Popular da China foi um dos maiores parceiros na tarefa de reconstrução do país, após o furacão Maria.

Venezuela

Dominica foi o primeiro membro da CARICOM e o primeiro país de língua inglesa a aderir, em 2008, à ALBA (Aliança Bolivariana para os povos da nossa América - iniciativa capitaneada pela Venezuela). O país é também signatário do acordo Petrocaribe, que prevê a venda de petróleo originário da Venezuela a países insulares caribenhos a preços e condições privilegiadas.

Há dependência estrutural do petróleo venezuelano. Não apenas gasolina e óleo diesel, mas também óleo combustível para geração de energia em termoelétricas têm origem venezuelana.

Apesar da aproximação, Dominica mantém contencioso territorial marítimo com a Venezuela, relativo à extensão da Zona Econômica Exclusiva (Ilhas Aves).

Laboratório Agrícola para a Região

É importante destacar a iniciativa de promover a criação, em Dominica, do "Global Centre for Agriculture Resilience". A proposta, nascida no âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e do Instituto Interamericano

de Cooperação para Agricultura (IICA), foi debatida em reunião na cidade de Bridgetown, em outubro de 2018. O centro tem foco em pesquisa, inovação e agricultura sustentável.

ECONOMIA

Antes da passagem do furacão Maria, em 2017, Dominica apresentava-se como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Em 2003, o país adotou reformas relevantes, que compreenderam privatização da produção de banana, aumento de impostos e o fim do tabelamento de preços. O setor agrícola respondia por 15% do PIB e o principal produto de exportação do país era a banana. A indústria abarcava outros 15% do PIB, enquanto o setor de turismo vinha recebendo impulso – Dominica era destino preferencial do “turismo ecológico” no Caribe.

O país contava com pequeno setor financeiro offshore. O governo vinha encorajando o desenvolvimento do telemarketing e da tecnologia de informação. Duas escolas médicas (Ross University School of Medicine e All Saints University) vinham sendo fontes importantes de divisas internacionais.

Prevvia-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão Maria, entretanto, teve grave impacto para a economia de Dominica. O setor turístico, um dos mais importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura precária. A agricultura foi devastada e muitos empresários se viram forçados a fechar seus negócios. O fornecimento de energia e água foi prejudicado e apenas lentamente restabelecido.

COVID-19 e Recuperação econômica

Enquanto ainda se recuperava das consequências do Furacão Maria sobre sua economia, o país teve de lidar com os impactos negativos adicionais da pandemia de covid-19 a partir de 2020, em razão da suspensão, num primeiro momento, seguida da interrupção do fluxo de turistas nos dois anos subsequentes. Os efeitos deletérios

sobre a economia seguiram a tendência verificada nos demais países do Caribe, uma vez que a região é dependente das receitas do setor de turismo.

As consequências do impacto provocado pela pandemia comprometeram as receitas fiscais do país, gerando pressões no balanço de pagamentos, que registrou deficit em conta corrente de 30% do PIB dominiquense, segundo relatório do FMI. Nesse contexto, de modo a proporcionar espaço fiscal para as ações de combate à pandemia, o Fundo Monetário Internacional aprovou desembolso no valor de US\$ 14 milhões para o país.

Apesar do crescimento do PIB de 7% em 2021 e de 5,7% em 2022, capitaneados pelo setor de construção civil (reconstrução da infraestrutura do país), a gradual recuperação do turismo e o aumento da produção da agricultura, o déficit em conta corrente do país permaneceu elevado, em torno de 28% do PIB em 2022 (relatório do FMI, 2023), devido aos termos de troca desfavoráveis, grande importação de investimentos e recuperação incompleta do setor de turismo.

Em 2023, o país alcançou a taxa de crescimento real do PIB de 4,7%, e espera-se que o PIB de Dominica aumente 4,6% em 2024 (dados do FMI).

Banco Central do Caribe Oriental

Criado em 1983, o Banco Central do Caribe Oriental (ECCB) é a autoridade monetária responsável pelo controle da circulação do dólar do Caribe oriental, moeda existente desde 1965, e conta com oito membros: seis Estados (Antígua e Barbuda; Dominica; Granada; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; e São Vicente e Granadinas) e dois territórios ultramarinos do Reino Unido (Anguilla e Montserrat).

A estrutura hierárquica do ECCB é composta de um conselho de diretores, que se subordina ao Conselho Monetário, composto pelos ministros das finanças dos Estados membro. A sede do banco está localizada em Basseterre (São Cristóvão e Névis).

RELAÇÕES BILATERAIS

Com a abertura da embaixada do Brasil em Roseau, em 2009 e a visita do primeiro-ministro Roosevelt Skerrit ao Brasil, em 2010, as relações bilaterais foram impulsionadas, com ênfase no diálogo político e na cooperação técnica, que tem posição de relevo na agenda bilateral. Dominica participa de treinamentos regionais oferecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países da Comunidade do Caribe.

Em 2018, iniciou-se processo de revisão da representação diplomática brasileira no Caribe. Em 2019, as atividades da Embaixada do Brasil em Roseau foram encerradas, e a representação junto ao governo dominiquense passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Já em 2023, buscando conferir maior racionalidade e eficiência à rede diplomático-consular no exterior e equilibrar a representação dos postos na região, a cumulatividade da embaixada do Brasil em Roseau foi transferida para a embaixada do Brasil em Castries, Santa Lucia (Decreto 11.748 de 20 de outubro de 2023).

Tradicionalmente, Dominica tem apoiado as candidaturas brasileiras em organizações internacionais, de que é exemplo a candidatura do doutor Rodrigo Mudrovitsch à vaga de juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2021.

Não há exposição brasileira, nem dívida em atraso de Dominica com o Brasil.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram USD 5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de USD 9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

Cooperação para o desenvolvimento

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o governo brasileiro

doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo furacão Maria, em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou, por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o subprojeto "*Emergency support for the immediate restoration of food production in Dominica after Hurricane Maria*", visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias afetadas.

Foi possível, também, implementar programa conjunto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de reabilitar estufas e colmeias de abelhas destruídas pelo furacão. Cerca de 375 pequenos agricultores receberam subsídios do PMA para reabilitação da produção agrícola e apícola.

Em 2017, houve o desenvolvimento da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos, em cujo contexto foram realizados cursos de capacitação de técnicos caribenhos (um deles em território dominiquense) na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos.

Em 2022, o Brasil doou para Dominica 50.000 cápsulas do medicamento fosfato de oseltamivir, por meio da OECO. Encontra-se em tramitação a doação de 100 doses da vacina Coronavac pelo governo brasileiro, aceita por Dominica em abril de 2024.

Em dezembro de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Dominica, assinado em 2014, foi ratificado pelo Brasil, que notificou sua contraparte, e aguarda a resposta dominiquense sobre o assunto.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Descoberta do território da atual Comunidade da Dominica por Cristóvão Colombo. A ilha seria posteriormente ocupada por exploradores europeus, com destaque para a presença francesa.
1763	Após a Guerra dos 7 Anos, o território passa ao domínio britânico.
1805	A Grã-Bretanha estabelece pequena colônia na ilha de Dominica.
1833	Emancipação de escravos nas colônias britânicas abre caminho para que a legislatura local seja controlada por maioria étnica de origem africana.
1865	Reação da pequena elite agrária local resulta em pressões sobre a Coroa britânica, que substitui membros da legislatura local e institui maior controle sobre sua indicação. A influência da população étnica de origem africana passa a ser progressivamente solapada.
1958	Entre 1958 e 1962, o país integra a Federação das Índias Ocidentais.
1967	Dominica torna-se estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidades pelos seus assuntos domésticos.
1978	Independência da Comunidade da Dominica.
1980	Eleições gerais, com vitória do Dominica Freedom Party (DFP). A PM Eugenia Charles sofre duas tentativas de golpe em seu primeiro mandato, apoia a invasão norte-americana em Granada e é reeleita em 1985 e 1990.
1995	Eleições gerais, com vitória do United Workers Party (UWP).
2000 - 2022	Eleições gerais, com vitória do Dominica Labour Party (DLP). Sob a liderança de Roosevelt Skerrit, o DLP venceu as eleições de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2008	Participação do ministro das Relações Exteriores da Comunidade da Dominica na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada do Brasil em Roseau. Até então, os interesses brasileiros no país eram representados pela embaixada brasileira em Port-of- Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação do primeiro-ministro da Comunidade da Dominica na I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2014	Assinatura do acordo bilateral de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Comunidade da Dominica.
2015	Visita ao Brasil da embaixadora não-residente da Comunidade da Dominica, Jennifer Aird.
2015, 2017, 2022	Iniciativas de cooperação para o desenvolvimento por parte da ABC
2018	Fechamento da Embaixada do Brasil em Roseau.
2020	Decreto nº 10.348 determina a cumulatividade da representação dos interesses do Brasil junto à Comunidade da Dominica à embaixada brasileira em Bridgetown, Barbados.
2022	Aprovação, por meio do Decreto Legislativo nº 157, de 8 de dezembro de 2022, do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Tramitação
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Dominica	Meios de Comunicação	09/04/1986	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade da Dominica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	Vistos e Imigração	17/04/2015	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Educacional e Esportiva	26/04/2010	Em Ratificação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica	Cooperação Técnica	07/07/2014	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica sobre a Isenção Parcial de Vistos	Vistos e Imigração	21/02/2014	Substituído

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DOMINICA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Comunidade da Dominica
CAPITAL	Roseau
ÁREA	754 km ² (174º maior país do mundo; menor que o DF – 5.760 km ²)
POPULAÇÃO (2022)	72.737 mil habitantes
IDIOMA	Inglês
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Cristã (95%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa composta por 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 indicados pelo primeiro-ministro e 4 indicados pela oposição.
CHEFE DE ESTADO	Presidente da República Sylvanie Burton
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Vince Henderson
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 0,7 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 1,07 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 9.360,00
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI))	US\$ 14.350,00
VARIAÇÃO PIB (FMI)	+4,7% (2023) +5,6% (2022) +6,9% (2021); -16,6% (2020); 5,5 % (2019); 3,5% (2018); -6,6% (2017).
IDH (2021, PNUD)	0,720 (alto)/ 102º lugar (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2023)	US\$ 5,6 milhões (+7,7%; 172º ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS (2023)	Carnes de aves e miudezas (64%); folheados, aglomerados e outras madeiras (9,8%); despojos comestíveis de carnes (7%); materiais de construção de argila e materiais de construção refratários (5,2%).
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2023)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS (2022)	Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (65%), Óleos essenciais, materiais de perfume e sabor (31%);
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Ánuar Nahes (atual) – Cumulatividade em Castries, Santa Lúcia (decreto 11.748/2023)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

Brasil - Dominica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	3,82	2,72	3,18	3,15	4	4,47	2,75	4	5,2	5,6 (+7,7%)

Exportações	3,68	2,71	3,13	3,15	3,97	4,46	2,74	3,98	5,2	5,6 (+7,7%)
Importações	0,14	0,01	0,05	0	0,03	0,01	0,01	0,02	0	0
Saldo	3,53	2,70	3,07	3,15	3,93	4,45	2,73	3,95	5,2	5,3

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) – Fonte: Comex Stat

APRESENTAÇÃO

A Comunidade da Dominica é um estado insular situado no mar do Caribe, na região das Pequenas Antilhas, vizinho aos departamentos ultramarinos franceses de Guadalupe e Martinica. A ilha possui extensão de 750 km².

Descoberta, no final de 1493, por Cristóvão Colombo, a ilha foi posteriormente ocupada por exploradores franceses e, em 1763, após a Guerra dos Sete Anos, passou ao domínio britânico.

A Grã-Bretanha estabeleceu pequena colônia na ilha em 1805. Com a emancipação de escravos nos territórios britânicos, em 1833, a colônia tornou-se a primeira no Caribe anglófono com uma legislatura controlada por maioria de origem africana.

A reação da pequena elite agrária local resultou em pressões sobre a Coroa britânica, que, em 1865, substituiu membros da assembleia e instituiu sistema no qual metade de seus integrantes seria eleita e metade, indicada. No início do século XX, a maior conscientização política nas colônias caribenhas resultou em progressiva retomada de assentos por parte dos afrodescendentes nos parlamentos locais.

Entre 1958 e 1962, Dominica integrou a Federação das Índias Ocidentais. Em 1967, tornou-se estado associado ao Reino Unido, assumindo formalmente responsabilidades pelos assuntos internos. Em 3 de novembro de 1978, tornou-se independente.

O governo que assumiu o país no pós-independência, liderado por Patrick John, sofreu moção de desconfiança que resultou na formação de governo interino liderado por Oliver Seraphin. Nas eleições gerais realizadas em 1980, Seraphin, que

havia criado o Partido Trabalhista Democrático (DLP), perdeu para Eugenia Charles, do Partido da Liberdade de Dominica (DFP).

Eugenia Charles tornou-se a primeira chefe de governo mulher no Caribe. Seu governo atravessou duas tentativas fracassadas de golpe, apoiou a invasão norte-americana em Granada, em 1983, e foi reeleita nas eleições gerais de 1985. Em 1988, uma terceira força política consolidou-se em torno do Partidos dos Trabalhadores Unidos (UWP) e sua liderança, Edison James.

Em 1990, a primeira-ministra Eugenia Charles conquistou a terceira eleição geral seguida, mas a divisão causada pelo surgimento do UWP resultou na perda de assentos parlamentares pelo DFP. Eugenia Charles abdicou da liderança do partido, em 1993, e sequer disputou as eleições gerais de 1995, vencidas pelo UWP.

Em janeiro de 2000, o UWP foi vencido pela coalizão liderada pelo DLP, nas figuras de Roosevelt Douglas (DLP) e Charles Savarin (DFP). Douglas, contudo, faleceu em outubro daquele ano, sendo substituído por Pierre Charles como primeiro-ministro.

Charles foi substituído por Roosevelt Skerrit, também do DLP. Sob a liderança do PM Skerrit, o DLP logrou sucessivas vitórias nas eleições gerais de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

PERFIS BIOGRÁFICOS

SYLVANIE BURTON **Presidente**



Nascida em agosto de 1964, graduou-se em desenvolvimento rural na St. Francis Xavier University, Canadá, e obteve mestrado em gestão de projetos na Universidade de Manchester, na Inglaterra. Ocupou cargos de relevo nas administrações do Partido Trabalhista de Dominica (DLP), nos Ministérios de Desenvolvimento Comunitário, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Serviço Social e Assuntos Kalinago (população originária do Caribe). Eleita, em setembro de 2023, para o parlamento, tornou-se a primeira mulher e a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago a ocupar a presidência na história de Dominica.

ROOSEVELT SKERRIT

Primeiro-Ministro



Nascido em 1972, graduou-se em Inglês e Psicologia pela Universidade do Mississippi, aderindo ao Partido Trabalhista de Dominica ao regressar ao país. Em 2000, foi eleito deputado pela província de Vieille Case. Ocupou o cargo de ministro da Educação, Esportes e Juventude, antes de tornar-se o primeiro-ministro mais jovem de Dominica em janeiro de 2004. Venceu eleições gerais em 2005 e foi reeleito para o cargo em 2009, 2014, 2019 e 2022.

VINCE HENDERSON

Chancellor



Bacharel em Direito pela University of Huddersfield and Holbourn College, no Reino Unido e bacharel em ciência da computação pelo American College for Computer and Information Systems, em Birmingham, Alabama, Estados Unidos. Tem mestrado e doutorado em direito, foco em políticas de energias renováveis. Atuou, anteriormente, como Representante Permanente da Dominica na OEA e na ONU, além de ter sido embaixador da Dominica nos Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

Dominica é uma república parlamentar. O chefe de Estado é o presidente, eleito pela Assembleia Legislativa para mandato de cinco anos. O legislativo dominiquense é unicameral, com 30 assentos, dos quais 21 são definidos por sufrágio universal, 5 são indicados pelo primeiro-ministro e 4 são indicados pela oposição.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder da maioria no parlamento e designado oficialmente pelo presidente. O atual primeiro-ministro Roosevelt Skerrit está no cargo desde 2004.

Já a chefe de Estado é Sylvanie Burton, que, eleita pelo parlamento em setembro de 2023, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência na história de Dominica. O cargo era ocupado por Charles Savarin desde 2013. Burton também é a primeira integrante da comunidade indígena Kalinago, remanescente da população nativa de Dominica, a ocupar a chefia do Estado, o que se reveste de significativa carga simbólica.

Os principais partidos políticos são o Partido Trabalhista de Dominica (*DLP*), liderado pelo primeiro-ministro Roosevelt Skerrit; o Partido da Liberdade de Dominica (*DFP*), liderado por Michael Astaphan; e o Partido dos Trabalhadores Unidos (*UWP*), liderado por Lennox Linton.

Furacão Maria

Em setembro de 2017, Dominica foi atingida pelo furacão Maria, evento climático de categoria cinco (a mais alta). A ilha sofreu fortes prejuízos, a maioria das casas perdeu telhados, a infraestrutura elétrica foi danificada, fornecimento de água e eletricidade necessitou de vários meses para se normalizar, agravando sobremaneira a destruição causada no setor agrícola.

O governo da Dominica colocou, como prioridade para o processo de reconstrução, o restabelecimento do fornecimento de água e energia, a desobstrução de ruas e estradas, a reabertura de escolas e a garantia da segurança pública.

Também em março de 2018, foi inaugurada a Agência Executiva de Resistência às Mudanças Climáticas (CREAD), com a missão de coordenar a reconstrução do país e elaborar estratégias de resiliência às mudanças do clima.

O governo de Dominica estabeleceu como prioridade diminuir a vulnerabilidade do país e aumentar seu nível de preparo para enfrentar emergências climáticas.

Eleições Gerais

Em 2022, o PM Skerrit anunciou a convocação de eleições antecipadas para o parlamento dominiquense, dois anos antes do previsto. Membros da oposição política manifestaram insatisfação com a eventual realização de mais uma eleição, sem as esperadas alterações na legislação eleitorais.

As eleições ocorreram no dia 6 de dezembro de 2022 e foram acompanhadas por missões eleitorais da CARICOM, da Commonwealth e da OEA. Esta última elogiou, em relatório preliminar, o “comprometimento público do primeiro-ministro dominiquense de consultar e engajar construtivamente com candidatos independentes, a liderança do Partido dos Trabalhadores Unidos, Equipe Unidade Dominica e outras partes interessadas para chegar a um consenso sobre o caminho a seguir”.

O Partido Trabalhista de Dominica (DLP) venceu 19 dos 21 assentos em disputa, sendo os demais assentos conquistados por candidatos independentes. Dessa forma, o primeiro-ministro Roosevelt Skerrit foi reconduzido para o seu quarto mandato consecutivo.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros de cooperação da Comunidade da Dominica são China e Venezuela. Há, no país, apenas três embaixadas residentes, de China, Cuba e Venezuela. Dominica integra a Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e, portanto, está inserido no arcabouço institucional-normativo da Organização, a saber, Banco Central regional, moeda comum, Supremo Tribunal de

Justiça, Agência de Aviação Civil e Agência de Telecomunicações regionais, mobilidade social e geográfica. Sua moeda é o dólar do Caribe oriental (XCD), mantido fixo com o dólar estadunidense na casa de USD 1,00 = XCD 2,70.

É também membro pleno da CARICOM (Comunidade do Caribe), composta por 15 Estados membros e cinco associados, congregando aproximadamente 16 milhões de pessoas, e da Associação dos Estados do Caribe (AEC).

China

As relações com a China ganharam impulso a partir de 2004, quando Dominica rompeu laços com Taiwan. A importância da cooperação prestada pelo governo chinês tem crescido desde então. Pequim financia, em condições privilegiadas, inúmeros projetos de infraestrutura, como a construção e manutenção de escolas, hospitais e do palácio de governo. Missões técnicas chinesas fornecem assistência nos campos da agricultura e das ciências médicas.

A República Popular da China foi um dos maiores parceiros na tarefa de reconstrução do país, após o furacão Maria.

Venezuela

Dominica foi o primeiro membro da CARICOM e o primeiro país de língua inglesa a aderir, em 2008, à ALBA (Aliança Bolivariana para os povos da nossa América - iniciativa capitaneada pela Venezuela). O país é também signatário do acordo Petrocaribe, que prevê a venda de petróleo originário da Venezuela a países insulares caribenhos a preços e condições privilegiadas.

Há dependência estrutural do petróleo venezuelano. Não apenas gasolina e óleo diesel, mas também óleo combustível para geração de energia em termoelétricas têm origem venezuelana.

Apesar da aproximação, Dominica mantém contencioso territorial marítimo com a Venezuela, relativo à extensão da Zona Econômica Exclusiva (Ilhas Aves).

Laboratório Agrícola para a Região

É importante destacar a iniciativa de promover a criação, em Dominica, do "Global Centre for Agriculture Resilience". A proposta, nascida no âmbito da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e do Instituto Interamericano

de Cooperação para Agricultura (IICA), foi debatida em reunião na cidade de Bridgetown, em outubro de 2018. O centro tem foco em pesquisa, inovação e agricultura sustentável.

ECONOMIA

Antes da passagem do furacão Maria, em 2017, Dominica apresentava-se como uma economia relativamente estável com contas públicas equilibradas. Em 2003, o país adotou reformas relevantes, que compreenderam privatização da produção de banana, aumento de impostos e o fim do tabelamento de preços. O setor agrícola respondia por 15% do PIB e o principal produto de exportação do país era a banana. A indústria abarcava outros 15% do PIB, enquanto o setor de turismo vinha recebendo impulso – Dominica era destino preferencial do “turismo ecológico” no Caribe.

O país contava com pequeno setor financeiro offshore. O governo vinha encorajando o desenvolvimento do telemarketing e da tecnologia de informação. Duas escolas médicas (Ross University School of Medicine e All Saints University) vinham sendo fontes importantes de divisas internacionais.

Prevvia-se expansão do setor industrial, com a criação de usinas geotérmicas. O furacão Maria, entretanto, teve grave impacto para a economia de Dominica. O setor turístico, um dos mais importantes da ilha, foi diretamente afetado, com a destruição da rede hoteleira e da infraestrutura precária. A agricultura foi devastada e muitos empresários se viram forçados a fechar seus negócios. O fornecimento de energia e água foi prejudicado e apenas lentamente restabelecido.

COVID-19 e Recuperação econômica

Enquanto ainda se recuperava das consequências do Furacão Maria sobre sua economia, o país teve de lidar com os impactos negativos adicionais da pandemia de covid-19 a partir de 2020, em razão da suspensão, num primeiro momento, seguida da interrupção do fluxo de turistas nos dois anos subsequentes. Os efeitos deletérios

sobre a economia seguiram a tendência verificada nos demais países do Caribe, uma vez que a região é dependente das receitas do setor de turismo.

As consequências do impacto provocado pela pandemia comprometeram as receitas fiscais do país, gerando pressões no balanço de pagamentos, que registrou deficit em conta corrente de 30% do PIB dominiquense, segundo relatório do FMI. Nesse contexto, de modo a proporcionar espaço fiscal para as ações de combate à pandemia, o Fundo Monetário Internacional aprovou desembolso no valor de US\$ 14 milhões para o país.

Apesar do crescimento do PIB de 7% em 2021 e de 5,7% em 2022, capitaneados pelo setor de construção civil (reconstrução da infraestrutura do país), a gradual recuperação do turismo e o aumento da produção da agricultura, o déficit em conta corrente do país permaneceu elevado, em torno de 28% do PIB em 2022 (relatório do FMI, 2023), devido aos termos de troca desfavoráveis, grande importação de investimentos e recuperação incompleta do setor de turismo.

Em 2023, o país alcançou a taxa de crescimento real do PIB de 4,7%, e espera-se que o PIB de Dominica aumente 4,6% em 2024 (dados do FMI).

Banco Central do Caribe Oriental

Criado em 1983, o Banco Central do Caribe Oriental (ECCB) é a autoridade monetária responsável pelo controle da circulação do dólar do Caribe oriental, moeda existente desde 1965, e conta com oito membros: seis Estados (Antígua e Barbuda; Dominica; Granada; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; e São Vicente e Granadinas) e dois territórios ultramarinos do Reino Unido (Anguilla e Montserrat).

A estrutura hierárquica do ECCB é composta de um conselho de diretores, que se subordina ao Conselho Monetário, composto pelos ministros das finanças dos Estados membro. A sede do banco está localizada em Basseterre (São Cristóvão e Névis).

RELAÇÕES BILATERAIS

Com a abertura da embaixada do Brasil em Roseau, em 2009 e a visita do primeiro-ministro Roosevelt Skerrit ao Brasil, em 2010, as relações bilaterais foram impulsionadas, com ênfase no diálogo político e na cooperação técnica, que tem posição de relevo na agenda bilateral. Dominica participa de treinamentos regionais oferecidos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a países da Comunidade do Caribe.

Em 2018, iniciou-se processo de revisão da representação diplomática brasileira no Caribe. Em 2019, as atividades da Embaixada do Brasil em Roseau foram encerradas, e a representação junto ao governo dominiquense passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados (Decreto 10.348, de 13 de maio de 2020).

Já em 2023, buscando conferir maior racionalidade e eficiência à rede diplomático-consular no exterior e equilibrar a representação dos postos na região, a cumulatividade da embaixada do Brasil em Roseau foi transferida para a embaixada do Brasil em Castries, Santa Lucia (Decreto 11.748 de 20 de outubro de 2023).

Tradicionalmente, Dominica tem apoiado as candidaturas brasileiras em organizações internacionais, de que é exemplo a candidatura do doutor Rodrigo Mudrovitsch à vaga de juiz na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2021.

Não há exposição brasileira, nem dívida em atraso de Dominica com o Brasil.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral é pequeno, quase integralmente contabilizado em favor do Brasil. Em 2023, as exportações brasileiras para Dominica somaram USD 5,6 milhões, compostas em sua maioria por produtos congelados de frango (60%) e materiais de construção diversos (9%). No mesmo período, o Brasil importou cerca de USD 9 mil daquele país, principalmente equipamentos elétricos (60%) e óleos essenciais (31%).

Cooperação para o desenvolvimento

A assistência humanitária destaca-se no relacionamento bilateral. Diante da destruição causada pela tempestade tropical Erika, em 2015, o governo brasileiro

doou medicamentos para apoiar o atendimento emergencial dos afetados. Com a devastação trazida pelo furacão Maria, em 2017, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) apoiou, por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o subprojeto "*Emergency support for the immediate restoration of food production in Dominica after Hurricane Maria*", visando à restauração da produção de alimentos de 1.125 famílias afetadas.

Foi possível, também, implementar programa conjunto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de reabilitar estufas e colmeias de abelhas destruídas pelo furacão. Cerca de 375 pequenos agricultores receberam subsídios do PMA para reabilitação da produção agrícola e apícola.

Em 2017, houve o desenvolvimento da iniciativa "Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos em Países Caribenhos, em cujo contexto foram realizados cursos de capacitação de técnicos caribenhos (um deles em território dominiquense) na conservação de água e solo, bem como na governança e gestão de recursos hídricos.

Em 2022, o Brasil doou para Dominica 50.000 cápsulas do medicamento fosfato de oseltamivir, por meio da OECO. Encontra-se em tramitação a doação de 100 doses da vacina Coronavac pelo governo brasileiro, aceita por Dominica em abril de 2024.

Em dezembro de 2022, o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Dominica, assinado em 2014, foi ratificado pelo Brasil, que notificou sua contraparte, e aguarda a resposta dominiquense sobre o assunto.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1493	Descoberta do território da atual Comunidade da Dominica por Cristóvão Colombo. A ilha seria posteriormente ocupada por exploradores europeus, com destaque para a presença francesa.
1763	Após a Guerra dos 7 Anos, o território passa ao domínio britânico.
1805	A Grã-Bretanha estabelece pequena colônia na ilha de Dominica.
1833	Emancipação de escravos nas colônias britânicas abre caminho para que a legislatura local seja controlada por maioria étnica de origem africana.
1865	Reação da pequena elite agrária local resulta em pressões sobre a Coroa britânica, que substitui membros da legislatura local e institui maior controle sobre sua indicação. A influência da população étnica de origem africana passa a ser progressivamente solapada.
1958	Entre 1958 e 1962, o país integra a Federação das Índias Ocidentais.
1967	Dominica torna-se estado associado ao Reino Unido, assumindo responsabilidades pelos seus assuntos domésticos.
1978	Independência da Comunidade da Dominica.
1980	Eleições gerais, com vitória do Dominica Freedom Party (DFP). A PM Eugenia Charles sofre duas tentativas de golpe em seu primeiro mandato, apoia a invasão norte-americana em Granada e é reeleita em 1985 e 1990.
1995	Eleições gerais, com vitória do United Workers Party (UWP).
2000 - 2022	Eleições gerais, com vitória do Dominica Labour Party (DLP). Sob a liderança de Roosevelt Skerrit, o DLP venceu as eleições de 2005, 2009, 2014, 2019 e 2022.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2008	Participação do ministro das Relações Exteriores da Comunidade da Dominica na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada do Brasil em Roseau. Até então, os interesses brasileiros no país eram representados pela embaixada brasileira em Port-of- Spain, Trinidad e Tobago.
2010	Participação do primeiro-ministro da Comunidade da Dominica na I Cúpula Brasil – CARICOM, em Brasília.
2014	Assinatura do acordo bilateral de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Comunidade da Dominica.
2015	Visita ao Brasil da embaixadora não-residente da Comunidade da Dominica, Jennifer Aird.
2015, 2017, 2022	Iniciativas de cooperação para o desenvolvimento por parte da ABC
2018	Fechamento da Embaixada do Brasil em Roseau.
2020	Decreto nº 10.348 determina a cumulatividade da representação dos interesses do Brasil junto à Comunidade da Dominica à embaixada brasileira em Bridgetown, Barbados.
2022	Aprovação, por meio do Decreto Legislativo nº 157, de 8 de dezembro de 2022, do texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica, assinado em Roseau, em 7 de julho de 2014.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Tramitação
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Dominica	Meios de Comunicação	09/04/1986	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade da Dominica, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	Vistos e Imigração	17/04/2015	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica	Cooperação Educacional e Esportiva	26/04/2010	Em Ratificação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Dominica	Cooperação Técnica	07/07/2014	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica sobre a Isenção Parcial de Vistos	Vistos e Imigração	21/02/2014	Substituído